

SOJA E DIREITOS HUMANOS

Sergio Schlesinger



Processo
de Articulação
e Diálogo

SOJA E DIREITOS HUMANOS

Sergio Schlesinger*

1ª EDIÇÃO

RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2007



**Processo
de Articulação
e Diálogo**

* Sérgio Schlesinger é economista e pesquisador do Programa Brasil Sustentável e Democrático da FASE.



Processo
de Articulação
e Diálogo

Publicação da Série de Cadernos
Seminário Internacional

SOJA E DIREITOS HUMANOS

2007 © PAD

TEXTO

Sérgio Schlesinger

ORGANIZAÇÃO

Processo de Articulação e Diálogo – PAD
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
CEP 22270-070 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefone: +55 21 2536-7350
Fax: +55 21 2536-7379
E-mail: pad.pad@terra.org.br
Site: www.pad.org.br

APOIO

BROT FUER DIE WELT / PPM
CHRISTIAN AID
EED
HEKS
ICCO & KERK IN ACTIE
NORWEGIAN CHURCH AID/ AIN
SOLIDARIDAD

PROJETO GRÁFICO

Mais Programação Visual
www.maisprogramacao.com.br

FOTOLITO E IMPRESSÃO

Grafitto Gráfica e Editora

TIRAGEM

2.000 exemplares

SUMÁRIO

Apresentação	5
1. A soja no Brasil e no mundo	7
2. A ocupação do território e as violações de direitos humanos	12
2.1. A soja invade o Cerrado e a Amazônia	13
3. Atores e ações da sociedade civil	21
3.1. O debate sobre os critérios para a compra de soja	22
3.2. A atuação da FASE	24
3.3. Campanhas	26
4. Tendências pela ótica dos direitos humanos	28
Bibliografia	30
Organograma do PAD	31

APRESENTAÇÃO

Esta publicação faz parte de uma série produzida no âmbito do PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre Agências de Cooperação Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros.

Desde sua criação em 1995, o PAD orientou sua atuação na busca da promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral e na construção de um espaço de compreensão das políticas de cooperação internacional. O ecumenismo e o multilateralismo sempre foram valores norteadores desta articulação. A interação e a parceria ativa entre agências de cooperação – AIN / Noruega, Christian Aid / Reino Unido, EED / Alemanha, HEKS / Suíça, ICCO / Holanda, PPM / Alemanha e Solidaridad / Holanda – e parceiras brasileiras – organizações não governamentais, entidades ecumênicas e movimentos sociais – é um valor intrínseco à estrutura da articulação, que se pauta pela busca de uma nova solidariedade entre o Sul e o Norte.

A partir de 1998, o PAD adotou os DhESCA (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) como eixo temático para o diálogo e articulação entre Norte/Sul, Norte/Norte e Sul/Sul, considerando sua relevância e força mobilizadora junto à sociedade brasileira, às igrejas, opinião pública e aos programas das agências e política externa dos países europeus. A compreensão da abrangência dos Direitos Humanos permitiu a constituição de uma política de intercâmbio com várias redes e fóruns no âmbito nacional e internacional.

Este esforço de diálogo Norte/Sul, tendo os DhESCA, como seu principal eixo temático, tem como objetivo propiciar condições de diálogo com as agências, a fim de contribuir e influenciar em suas políticas de cooperação, construindo um patamar de debates e de intercâmbio de experiências que permita ir além das relações bilaterais. É neste contexto que o PAD realizou em novembro de 2006 seu terceiro seminário internacional no Brasil, quando foram apresentados pelo lado brasileiro alguns casos regionais significativos, analisados sob a perspectiva dos DhESCA, assim como estratégias mais amplas de luta pela implementação dos DhESCA.

As demais publicações que compõem a Série são:

- Campanha “Na Floresta Tem Direitos: Justiça Ambiental na Amazônia”;
- Os Jovens e a Garantia de Direitos no Brasil;

- Monitoramento dos Compromissos em DHESC: Breve Memória da Experiência Brasileira;
- Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: Uma Estratégia de Exigibilidade de Direitos;
- Eucalipto / Aracruz Celulose e Violações de Direitos Humanos;
- A Violação dos Direitos Humanos no Caso de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

A riqueza destas apresentações levou a coordenação do PAD a decidir pela sua publicação, no sentido de contribuir para uma melhor visibilidade de experiências brasileiras trabalhando com DhESCA e de facilitar o intercâmbio com demais experiências em outros países, vindo assim apoiando a luta mais global contra as desigualdades e pela implementação de direitos em busca do “outro mundo possível”.

1

A SOJA NO BRASIL E NO MUNDO

A história da produção de soja em escala comercial, no Brasil, está relacionada à introdução da chamada “Revolução Verde”, traduzida em ampla mecanização e uso de agroquímicos, com forte apoio do governo, sob a forma de créditos subsidiados (Brum, 2005). Na década de 1950, o binômio trigo-soja mostrava-se altamente viável, pois permitia o compartilhamento do solo, de insumos e máquinas em uma região com características favoráveis, nada comuns no restante do mundo. Com isso, a produção brasileira, que representava 0,5% do total mundial em 1954, passou a 16% deste total, já em 1976.

Os bons resultados estimularam a expansão. A moratória norte-americana às exportações da soja no início dos anos 1970 provocou euforia, acompanhada de forte aumento da produção. No mesmo período, agravam-se as dificuldades do Brasil relativas à balança comercial e de pagamentos. Políticas governamentais de incentivo deram novo impulso à expansão da cultura da soja para exportação.

Os sucessivos governos brasileiros, nos âmbitos nacional e local, vêm fazendo uma permanente aposta no agronegócio como motor das exportações do país. Os recursos públicos destinados ao estímulo da produção de soja, assumindo as mais diversas formas, foram sempre expressivos nas últimas décadas.

O financiamento direto ao produtor tornou-se escasso sobretudo a partir de meados dos anos 1990. Neste período, de acordo com Belik e Paulillo (2002), os mecanismos de financiamento foram preenchidos pelo crédito privado proveniente da indústria, de *trading companies* e outros agentes. As novas formas de captação surgem dos interesses não agrários, vinculados aos segmentos financeiro e industrial.

No caso do complexo soja, a indústria introduziu uma forma de negociação, o sistema “soja verde”, em que a indústria antecipa o pagamento contra a entrega posterior do produto. Com isso, uma parcela importante de agricultores se afasta do associativismo, já que as operações de financiamento e de integração agroindustrial são realizadas, em grande parte, em esferas de decisão nas quais a capacidade de influência das organizações de interesses ou dos grupos de pressão é bem reduzida.

No caso dos financiamentos diretos junto às empresas de fertilizantes e defensivos, a captação dos recursos externos, desde 1997, tem propiciado a

concessão de crédito aos seus distribuidores e revendedores na compra direta de seus produtos. Quanto às máquinas agrícolas, os bancos pertencentes aos fabricantes destes equipamentos transformaram-se em importantes fontes de crédito para os produtores rurais.

O governo federal, no entanto, segue investindo volume considerável na expansão da produção de soja, através de outros mecanismos. Logo após a implantação do Plano Real, o governo Fernando Henrique Cardoso promoveu ampla renegociação das dívidas do setor, lançando os chamados programas de securitização. Atendeu aos que deviam até R\$ 200 mil, trocando suas dívidas em bancos privados por títulos federais e concentrando os débitos no Banco do Brasil. Deu-lhes carência de cinco anos e 25 anos para o pagamento, a juros de 3% ao ano.

Em 1997, foram incluídos os que deviam mais do que esse valor. Em 2001, trocou-se a correção monetária pela variação do preço do produto. Já no governo Lula (2003), instituiu-se o desconto de 30% para os que pagassem em dia. Em maio de 2005, 52 mil produtores (49 mil do primeiro grupo e 3 mil do segundo) deviam mais de R\$ 6,3 bilhões. Os que devem mais de R\$ 100 mil são responsáveis por 84% da dívida e representam apenas 40% dos devedores¹. Segundo Stédile e Górgen², seus beneficiários não ultrapassam o número de vinte mil grandes proprietários. Feitas as contas, isto representa uma transferência a cada um deles de R\$ 15 mil mensais.

A renúncia fiscal tem sido outro meio de o governo incentivar a expansão da soja. A Lei Kandir, de 1996, possibilitou o aumento das receitas dos exportadores do grão, ao desonerar do ICMS as exportações agrícolas. Estima-se que a Lei Kandir tenha provocado a renúncia de R\$ 9 bilhões até 2004. Já no mercado interno, o total dos tributos sobre o óleo de soja, pagos pelo consumidor final, alcança 37,18%.³ A Medida Provisória nº 252, a “MP do Bem”, transformada em lei em outubro de 2005, prevê a suspensão por cinco anos da cobrança de tributos federais, estimulando investimentos de empresas nacionais e estrangeiras que exportarem, no mínimo, 80% de sua produção. E o agronegócio é um dos poucos segmentos da economia brasileira onde há empresas que exportam parcela tão expressiva da produção.

Além de apoiar o avanço da soja com créditos subsidiados e incentivos fiscais, o Estado brasileiro também aporta recursos em infra-estrutura e pesquisa.

Em 1973, foi criada a Embrapa e, em 1975, a Embrapa Soja e a Embrapa Cerrados, que desenvolveram sementes adaptadas ao clima tropical, viabilizando a produção nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A agroindústria usufruiu dos investimentos em pesquisa da Embrapa, o que não ocorreu na indústria em geral. “A Embrapa seguiu a linha da exploração de novas fronteiras agrícolas e seleção de prioridades para dar conta do processo de industrialização

1 Tereza Cruvinel. O Globo, 25/6/05, p.2 .

2 Sérgio Antônio Górgen e João Pedro Stédile. O mensalão dos ruralistas. O Globo, 21/06/05, p.7.

3 Alimento para o preço alto. O Globo, 10.07.05.

e urbanização do país e da necessidade gerar excedentes exportáveis.” (MB Associados, 2004). A Embrapa Soja atua em pesquisas com soja transgênica desde 1997. Para tanto, firmou contrato com a Monsanto e convênios com a Basf e outras empresas.⁴

É longa a lista de obras de infra-estrutura destinadas sobretudo ao escoamento da produção de soja. Parte destes projetos está hoje sendo executada com apoio financeiro do setor agroindustrial, incluindo a construção de rodovias, hidrovias e ferrovias ligando o Centro-Oeste a diversos portos na Amazônia e na região Nordeste. A Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana – IIRSA – é outro mega-projeto que tem por finalidade o escoamento de produtos agrícolas do Brasil e da região.

O transporte hidroviário está no centro dos grandes projetos. A Tietê-Paraná e outras hidrovias integram o grupo de projetos prioritários. Iniciativas regionais começaram a implementar as hidrovias do Rio Grande do Sul e a planejar a Teles Pires-Tapajós, no Norte. Destaca-se a Paraná-Paraguai, que conecta o interior da América do Sul aos rios Paraná e da Prata. A obra sofreu forte oposição na região, coordenada desde 1994 pela Coalizão Rios Vivos. Encontra-se atualmente embargada no Brasil por decisão judicial.

Com tanto empenho governamental em atender aos interesses dos grandes fazendeiros, a soja tornou-se o principal produto do agronegócio brasileiro. Ocupando área superior a 22 milhões de hectares, a área plantada para a safra 2005/2006 equivaleu à soma daquela prevista para os outros quatro principais grãos produzidos no país: arroz, feijão, milho e trigo. A superfície ocupada por estes quatro grãos, todos eles mais visíveis na mesa do brasileiro médio, reduziu-se entre 1991 e 2005, enquanto a área destinada à soja mais do que triplicou.

Hoje, o complexo soja é o principal item da pauta de exportações do país. O Brasil foi, em 2003 e 2004, o maior exportador mundial de soja e vem mantendo a posição de segundo maior produtor, após os Estados Unidos. A produção brasileira em 2006 foi de cerca de 53 milhões de toneladas. Dados do Ministério da Agricultura mostram que, dos US\$ 43,6 bilhões exportados pelo agronegócio em 2005, a soja respondeu por aproximadamente 22% do total, ou cerca de 9,5 bilhões de dólares e um terço de toda a soja comercializada no mercado internacional.

Os mercados de exportação brasileira de soja em grão, farelo e óleo apresentam grandes diferenças entre si. A União Européia e a China são os maiores compradores de grãos. Já as aquisições de farelo por parte da China são pouco expressivas, e a União Européia é também a maior importadora, destacando-se as aquisições da Holanda, França e Alemanha. Já para o óleo de soja, os maiores compradores são China, Irã e Bangladesh. Enquanto os grãos representam mais da metade (55,7%) do valor exportado em 2005 pelo complexo soja, o óleo respondeu por menos de 7%.

4 <http://www.cnpso.embrapa.br>.

A produção mundial, superior a 215 milhões de toneladas em 2005, tem na indústria de esmagamento sua principal destinação, que absorve cerca de 90% do volume colhido. Embora o óleo de soja tenha grande importância, respondendo por mais de 30% de todo o óleo vegetal produzido no mundo, o farelo, por sua utilização na alimentação de animais, é o fator determinante do volume da demanda pela soja. Em 2005, os Estados Unidos consumiram cerca de 30,4 milhões de toneladas, a União Européia, 33,2 milhões e a China, 23,4 milhões. Somente o consumo de farelo para ração nessas três áreas representa cerca de dois terços de todo o farelo de soja produzido no mundo.⁵

No novo modelo de produção e consumo de alimentos, o farelo de soja, destinado à criação de animais, passou a ditar a dinâmica da expansão da produção e comercialização do grão em todo o mundo. A explicação para tal encontra-se nas novas aplicações criadas para a soja a partir de sua industrialização e, sobretudo, numa significativa mudança dos padrões de consumo de alimentos em todo o mundo. Onde predominavam cereais, frutas e legumes, passa-se para um padrão onde o consumo de proteínas animais pode ser relacionado até mesmo a sinais exteriores de riqueza.

Segundo Mintz (2001), há uma tendência à globalização dos hábitos alimentares. A China e o Japão são exemplos de países onde, nas últimas décadas, o consumo *per capita* de cereais é acompanhado pelo aumento do consumo de carne. É esse o panorama que faz da soja o principal produto do sistema alimentar. Abastecendo o rebanho mundial, o farelo de soja é sua principal fonte de proteína, respondendo por três quartos da alimentação animal com alto teor de proteína. (Porcile *et. al.*, 2000)

As projeções de instituições especializadas, como a FAO, são de aumento contínuo do consumo da soja e seus derivados nos próximos anos. Indicam também que os países desenvolvidos responderão por uma pequena parcela da produção necessária a essa expansão. A crescente escassez de água limpa no mundo fará com que aumentem as exportações sul-americanas de soja e carnes. Estudos recentes mostram que o comércio agrícola promove uma gigantesca transferência de água de regiões onde ela se encontra de forma abundante e a baixo custo, para outras onde é escassa, cara e seu uso compete com outras prioridades.⁶

Fator igualmente decisivo para esta tendência é a área ainda disponível para a expansão de culturas agrícolas. Em relação à soja, as estimativas de diversas fontes oficiais, de organizações de produtores e órgãos de pesquisa apontam para uma disponibilidade adicional de cerca de cem milhões de hectares para a expansão do seu cultivo no Brasil.

5 A China, que consumia 5,1 milhões de toneladas de farelo de soja em 1993/94 sem realizar importações, consumiu 23 milhões de toneladas em 2005, com um crescimento superior a 15% ao ano neste período. Já sua produção doméstica não ultrapassa 18 milhões de toneladas nos últimos anos. A Europa eliminou boa parte de sua dispendiosa safra de soja, girassol e canola, substituindo-as por importações do complexo soja.

6 Água virtual: a água que consumimos sem ver. Vânia Rodrigues, www.aesabesp.com.br.

Outro aspecto que pode propiciar a elevação do consumo de soja é a utilização do óleo para a obtenção do biodiesel. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove – vem pressionando o governo federal no sentido de que a produção deste tipo de combustível comece pela soja, em função do volume de óleo disponível, sob o argumento de que isto permitiria induzir posteriormente o uso de outras culturas.⁷

A possibilidade de produzir biodiesel a partir da soja já mobiliza os grandes empresários do agronegócio, de fazendeiros a representantes das companhias nacionais e multinacionais. Para Carlo Lovatelli, presidente da Abiove, a rainha do biodiesel será mesmo a soja. Para assumir essa tendência e cumprir a meta de 840 milhões de litros, ele vê a necessidade de aumentar em 5 milhões de hectares a área de plantio.

A produção de soja em grande escala limitou-se à China até o começo do século XX. É após a Segunda Guerra Mundial que se consolida a predominância norte-americana no mercado internacional, não só da produção, mas também da tecnologia, padrões de consumo e da presença, em todo o mundo, de suas multinacionais de alimentos. Através do Plano Marshall, supostamente destinado à recuperação da Europa no pós-guerra, e das negociações sobre o GATT – Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas, fica definida uma especialização da produção, que reserva aos Estados Unidos a produção e exportação de oleaginosas, enquanto a Europa protegeria sua produção de cereais, devendo abastecer-se de óleos vegetais e farelos para ração nos Estados Unidos.

Os três maiores produtores de soja – Estados Unidos, Brasil e Argentina – respondem hoje por 80% de toda a produção mundial. A produção total vem crescendo a taxas aceleradas: somente entre 1995 e 2005, este crescimento foi de 60 por cento. As Américas do Norte e do Sul apresentaram ritmos de expansão distintos no período mais recente. Nos anos 1990, a produção norte-americana cresceu, em média, 4,15% ao ano, enquanto que na América do Sul o ritmo de expansão foi de 17,45% ao ano. Na virada do século, a produção sul-americana começou a superar a norte-americana.

A expansão da produção mundial vem ocorrendo principalmente em uma área quase contínua da América do Sul, abrangendo os países do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e a Bolívia. Neles cresce igualmente a presença de empresas multinacionais, que se estende também às áreas de produção de sementes e financiamento da produção. No caso brasileiro, quatro grandes multinacionais movimentam a maior parte da produção: Bunge, Cargill, ADM e Dreyfus.

Essa expansão tem sido acompanhada por um conjunto de violações de direitos humanos. Ela se dá em prejuízo da tradicional agricultura familiar, baseada em produtos para subsistência e culturas diversificadas; tem sido causa de concentração de terras e de êxodo rural, tem dificultado a realização de reforma agrária e provocado danos ambientais.

7 Biodiesel: indústria pede isenção tributária na fase inicial. Estado de São Paulo, 08/07/05.

2

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A soja está presente hoje em todas as regiões do Brasil, apresentando características regionais diferenciadas, dentre as quais destacamos o tamanho das propriedades e o ritmo de crescimento da produção. Os estados da região Sul ainda respondem por uma parcela significativa da produção nacional, mas a região Centro-Oeste já é há alguns anos a maior produtora, respondendo por cerca de metade da colheita de todo o país.

O censo agropecuário de 1995/96 indica que a agricultura familiar era responsável por cerca de um terço da soja produzida no Brasil naquele período. Em termos de tamanho do estabelecimento, 34,4% da soja eram produzidos em pequenas propriedades, 43,7%, em médias e 21,9%, em grandes propriedades.

Na região Sul, a produção se dá, até os dias de hoje, em pequenas propriedades. Embora em mãos da agricultura familiar, já nos seus primórdios, a introdução da soja é acompanhada de mudanças significativas nos padrões de produção da agricultura familiar até então existentes.

Entre 1970 e 1973, a expansão do cultivo de soja se deu, em sua quase totalidade, sobre terras até então destinadas ao cultivo de arroz, feijão, mandioca, milho e café. A valorização das terras inaugura um movimento de expulsão de pequenos agricultores que dura até hoje. Nos anos 1970, mais de 2,5 milhões de pessoas abandonaram o campo no Paraná e 109.000 pequenos estabelecimentos deram lugar à soja. No mesmo período, o Rio Grande do Sul perdeu 300.000 propriedades rurais. (Fearnside, 2001)

Até hoje predomina na região a pequena propriedade, em áreas entre dez e cem hectares. No Rio Grande do Sul, estudo coordenado por professor Joaquim Guilhoto, da Universidade de São Paulo (USP), abrangendo o período 1995-2002, aponta que a agricultura familiar ainda era responsável por 58% da soja produzida no estado.

A mecanização da colheita da soja, como a do café, algodão e cana-de-açúcar, resultou em forte impacto negativo sobre o emprego dos “bóias-frias”. Guilherme Radomsky, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lembra que as pessoas ocupadas com a cultura de soja de seu estado passaram de

308 mil em 1992 para 181 mil em 1999.⁸ A necessidade de plantio em grandes propriedades, maquinário de grande porte e infra-estrutura para armazenamento são fatores que forçam parte dos pequenos produtores a migrarem para outras regiões, vendendo suas terras para os mais capitalizados.

As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste devem seguir apresentando crescimento acelerado da produção de soja. Nestas áreas de Cerrado e Floresta Amazônica, prevalece a grande propriedade, variando entre 300 e 50.000 hectares. Estima-se que nestas grandes fazendas a média de empregos seja de dez trabalhadores para cada mil hectares, sendo 4 fixos e 6 temporários. (WHITE, C., 2004)

Sobre a Amazônia, Castro *et al.* (2002), apontam a movimentação de “atores com a lógica de auferir lucros no *Arco do desmatamento*, agrupados em três categorias: 1. Os que pela valorização de suas terras no Mato Grosso desejam vendê-las para a compra de outras maiores na Amazônia. 2. Os que, procedentes de outras regiões, desejam diversificar e ampliar seus negócios, incorporando novas áreas de fronteira. 3. Atores pertencentes a outros setores da economia, mas atuando dentro do complexo soja”.

Kohlhepp e Blumenschein (2000) mostram que, no Pará, os plantadores convertem as terras dos pequenos proprietários em áreas de cultivo mecanizado, expulsando as populações originais – que até então desenvolviam atividades agrícolas ou agro-extrativistas voltadas para a subsistência – para a nova fronteira ou para as cidades.

2.1. A SOJA INVADE O CERRADO E A AMAZÔNIA⁹

SORRISO

A área onde hoje está situado o município que produz o maior volume de soja no Brasil era originalmente território do Povo Kaiabi. Os mais intensos conflitos entre os Kaiabi e seus ocupantes ocorreram no século XIX, com as empresas seringalistas, e nos anos 1950. A partir daí, como descreve Senra (1999), “grande parte da região seria retalhada em glebas e alienada pelo governo do Mato Grosso para fins de colonização”. Atualmente espalhados em três áreas distintas, os cerca de mil Kaiabi que sobreviveram a este processo amargam um sentimento de perda, indisfarçável e profundo.

O processo de concentração das terras pode ser detectado comparando os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, que revelavam que apenas 0,3%

⁸ Tecnologias transformam emprego no campo. <http://www.comciencia.br>. Outubro de 2003.

⁹ Para a elaboração desta seção, utilizamos como fontes de informação cinco documentos recentemente produzidos pela FASE: Estudo de caso sobre a soja no estado de Mato Grosso, município de Sorriso e Impactos sociais e ambientais da expansão da soja na região do Baixo Araguaia – Mato Grosso, de Antonio João Castrillon Fernandez. Conflitos socioambientais, demandas sociais e políticas públicas: impactos do avanço da soja em Santarém e Belterra, de Vânia de Carvalho e Leticia Tura. Do sertão à periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja – o caso da Serra do Centro, em Campos Lindos – Tocantins, de Mariana Wiecko Volkmer de Castilho (CPT) e José Gerley Díaz Castro. A monocultura da soja e o retrocesso nos direitos humanos, de Daniel Ribeiro Silvestre.

da área no município correspondiam a estabelecimentos rurais de até cem hectares, enquanto que os estabelecimentos com área superior a mil hectares ocupavam uma proporção de 80%, com levantamentos mais recentes, efetuados pelas grandes empresas comercializadoras da soja, que indicam 85% dos estabelecimentos possuem área superior a mil hectares. Os produtores menores não conseguem resistir à pressão dos produtores maiores pela compra das terras. A especulação imobiliária eleva o preço médio das terras e os menores acabam aceitando os valores com que poderão comprar áreas maiores em lugares mais distantes, porque são menos valorizadas. Ao mesmo tempo em que contribui com a concentração de terras, esse ciclo gera a pressão para abertura de novas áreas no Cerrado e na Amazônia

Hoje, as terras de Sorriso estão praticamente todas ocupadas pela monocultura da soja. Os migrantes nordestinos que, nos anos 90, deslocaram-se a Sorriso em busca de emprego na abertura das novas áreas para a agricultura e pecuária (como “catadores de raiz”, por exemplo), agora enfrentam dificuldades para obter trabalho ou migram novamente. Esses nordestinos têm sido discriminados e hostilizados. Tratados sob o nome genérico de “maranhenses”, são estigmatizados como “homens pobres, perigosos e sem rumo”. Do lado oposto estão os “gaúchos”, como são tratados não só aqueles imigrantes de toda a região Sul, mas também os grandes fazendeiros e outros tidos como “bem-sucedidos”.

A discriminação prossegue até os dias de hoje, matizada, como de regra, por tons sociais e econômicos. E a BR-163 ocupa, neste processo de segregação, um papel relevante: o de separar fisicamente ricos e pobres. A Sorriso fotogênica, exibida em jornais e revistas, foi plantada na margem esquerda da rodovia, no sentido Cuiabá-Santarém. Aos negros e pobres foi reservada a margem direita.

Quando da ocupação pelo branco da região onde hoje se situa Sorriso, a empresa colonizadora, que negociava terras no município, exercia o papel de selecionar “quem” poderia ou não e onde adquirir terras no município. O “colonizador” sugeria aos colonos não contratar trabalhadores negros para a atividade agrícola. O caso do falecido Sr. Claudino Frâncio, dono da Colonizadora Feliz, tornou-se emblemático. Racista, ele criou um bairro só para negros e é lá que os negros eram obrigados a se fixar que quisessem morar em Sorriso.

Sorriso possui três assentamentos de reforma agrária implantados. No entanto, a não escrituração dos lotes impede que os assentados tenham acesso ao crédito bancário, especialmente àquele com juros favorecidos do Banco do Brasil. Resta-lhes o caminho da criação de vínculos de dependência com as empresas fornecedoras de insumos, como a Bunge, a Cargill e outras que realizam a compra antecipada da soja. Na ausência do título de propriedade da terra, é realizado um “contrato de gaveta”, onde a empresa fornecedora de insumos contratante não discrimina o conteúdo do contrato, ou seja, quais insumos e quando devem ser entregues, tendo, portanto, poder absoluto para decidir entregar ou não o produto.

BAIXO ARAGUAIA

A região do Baixo Araguaia era habitat dos povos Xavante, Tapirapé, Karajá, entre outros que hoje habitam o Parque Nacional do Araguaia (TO) ou o Parque Indígena do Xingu (MT). No início do século XX, a região começou a receber grupos de camponeses que se deslocavam do Norte e Nordeste do país em busca de terras.

Na segunda metade do século XX, o incentivo à implantação de latifúndios gerou conflitos, envolvendo posseiros, fazendeiros e grileiros. O Estado se ausentou da legalização das terras dos pequenos posseiros que haviam migrado ao longo do século 20, deixando as famílias vulneráveis à atuação de grileiros.

“Como foi esta região a porteira do latifúndio financiada pela Sudam¹⁰, contestar o latifúndio, contestar o trabalho escravo, denunciar fazendas, denunciar polícias era contestar o poder central. Por outra parte, quem podia contestar era só a Igreja, porque não tinha sindicato, não tinha associação, o povo não tinha acesso aos meios de comunicação (...). Enquanto não acontecer uma reforma agrária que signifique uma infra-estrutura de estrada, de escoamento, de preço do produto, de saúde, de educação, de lazer; uma infra-estrutura para a vida digna no campo... Hoje muitos ainda estão no campo porque não teriam chances em outro lugar.”

(Dom Pedro Casaldáliga, arcebispo de São Félix do Araguaia, MT)

A legalização das posses ocorreu somente a partir de meados dos anos 1980, com a criação dos projetos de assentamento, mas a instabilidade social gerada pelos conflitos assumiu, com a introdução da cultura da soja na região, uma nova feição.

Dois elementos aparecem como relevantes para caracterizar o processo de apropriação das terras no Baixo Araguaia. O primeiro é a acentuada polarização entre pequenos e grandes produtores, visto que a região abriga tanto latifundiários como pequenos produtores, posseiros, assentados e sem terras. O segundo elemento é a instabilidade social criada pelos mecanismos ilegais de apropriação das terras, como venda de títulos falsos, grilagem de terras públicas e ocupação de terras pertencentes a populações indígenas. Tais práticas têm sido responsáveis pelos intensos conflitos entre diferentes segmentos sociais, muitas vezes com o uso da violência física.

A aquisição de terras hoje recai principalmente sobre as áreas dos assentados e de pequenos e médios posseiros. Além da pressão exercida através da oferta de dinheiro, às vezes acompanhada de ameaças, há também problemas causados pelo desmatamento e uso de agrotóxicos nas fazendas do entorno. Nos assentamentos, em alguns casos, cerca de 80% das famílias venderam suas terras.

10 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, uma agência de desenvolvimento regional do Governo Federal.

Este é o caso do Projeto de Assentamento Liberdade, em Canabrava do Norte, um dos que mais sofreram o impacto da comercialização dos lotes. Três grandes fazendas ainda ocupam as terras públicas do PA Liberdade, amparados por decisões judiciais provisórias. Parte das famílias colocadas pelo INCRA na área do PA Liberdade chegou a sofrer um despejo para devolver a posse das terras a uma das fazendas. A ordem judicial foi cumprida de modo violento e as famílias, além terem os bens destruídos, foram obrigadas a aguardar os trâmites judiciais e o assentamento definitivo acampadas em barracos de lona à beira da estrada, sem condições mínimas de vida, privadas de água, alimentação e trabalho. A violência policial restou impune.

O órgão responsável pela realização da reforma agrária (INCRA) chegou a assentar famílias em 20% da área do PA Liberdade, em caráter definitivo, mas as pressões e ameaças dos fazendeiros fizeram com que muitos vendessem e abandonassem seus lotes. Cercados pelo plantio de soja, os assentados passaram a conviver com agrotóxicos que, visivelmente, contaminaram os animais de criação – galinhas e gado.

Após 2001 – que coincide com a valorização das terras em função da soja e com a expectativa de asfaltamento da BR-158 –, um grupo de pessoas passou a atuar também em áreas de posses ou de disputa judicial, visando a arrecadação dessas terras, que posteriormente seriam transformadas em plantios de soja, pecuária ou transferidas para terceiros. O que facilita esse tipo de ação é a existência de vários títulos sobre uma mesma área ou a presença de posseiros em “áreas brancas”, que são áreas devolutas situadas entre fazendas. A estratégia é muito bem definida: inicialmente insere-se dentro da área de posse um grupo de pessoas de sua confiança, que é chamado de “grupo motor”, responsável por gerar um conflito interno. O conflito é o precedente esperado para uma ação judicial de despejos, envolvendo todas as famílias da área. Os mais resistentes são retirados através da compra dos lotes.

O desmatamento, embora já supere em muito o permitido pela legislação, continua a crescer de forma acelerada na região. Querência, São Félix do Araguaia e Vila Rica lideram a destruição. Segundo dados do Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), Querência já devastou 75% de suas matas (este percentual exclui a área pertencente ao Parque Indígena do Xingu, que totaliza cerca de 620 mil ha – 40% do município)¹¹. O desmatamento de Querência já teria atingido 467 mil ha e se manteve em ritmo de crescimento médio de cerca de 40 mil ha por ano, entre 2002 e 2004. O Código Florestal Brasileiro define, para o bioma Cerrado, em 30% a área de reserva legal mais as áreas de preservação permanente; portanto, no município de Querência o desmatamento de floresta é muito superior ao permitido pela legislação.

O desmatamento não respeita as matas ciliares, que atuam como barreiras naturais impedindo a lixiviação e o transporte superficial dos resíduos químicos

11 Informação cedida pela Prefeitura Municipal.

para rios e córregos. O uso indiscriminado de agrotóxicos, nessas condições, causa contaminação dos recursos hídricos. A população nota a redução do número de peixes e de animais típicos da região como veados, antas, pacas, ariranhas.

A contaminação humana por agrotóxicos também é uma preocupação presente, tanto no campo quanto no perímetro urbano. Algumas fazendas produtoras de soja fazem limite com a sede do município e não tomam as devidas precauções nas aplicações aéreas de veneno. Uma pequena deriva de agrotóxicos é suficiente para contaminar áreas externas às propriedades. Há casos identificados de famílias de pequenos produtores prejudicadas pela destruição de sua produção. Porém, pela falta de monitoramento saúde coletiva e da qualidade das águas quanto a resíduos de agrotóxicos, não se tem conhecimento da extensão e da gravidade dos riscos e de eventuais danos causados.

SANTARÉM E BELTERRA

É a partir de 2002 que ocorre a grande expansão da soja na região Norte, tornando Santarém o maior município produtor do Pará, e Belterra o terceiro. Uma característica no processo de implantação da soja nessa região é a pressão sobre os posseiros para que desistam dos direitos adquiridos ao longo dos anos.

A pressão é especialmente intensa e violenta contra lideranças sociais que criticam, denunciam e resistem à ocupação predatória do território. A região conta com lideranças assassinadas e viúvas ameaçadas de morte. Na Gleba Pacoval, 25 famílias tiveram suas casas queimadas e suas benfeitorias e produção agrícola destruídas para que deixassem as posses onde desenvolviam a agricultura familiar.

Os riscos de contaminação por agrotóxicos afetam principalmente a saúde das mulheres, porque geralmente são elas que ficam nas propriedades, dedicam-se ao trabalho doméstico, ao cultivo da horta. Um grupo de mulheres que denunciaram, ao Ministério Público Federal, danos causados pelo avanço da soja, foi processado pelos sojeiros para que provassem suas alegações.

Os impactos sobre as águas são evidentes. Igarapés importantes já sumiram ou estão em processo de assoreamento, animais silvestres também estão desaparecendo ou invadindo os quintais dos camponeses que resistem em vender suas terras. O plantio ilegal de soja sobre as nascentes vem destruindo as fontes d'água e fazendo com que o volume de água esteja se reduzindo. O desmatamento vem causando a alteração em sua qualidade: antes clara e límpida, hoje barrenta e com a presença de grande quantidade de matéria orgânica em decomposição. Denúncias apontam que, com a abertura de áreas para o plantio,

Em Santarém, a maioria dos depoimentos de agricultores e lideranças sindicais é marcada pela preocupação com a transferência de terras de produtores familiares aos sojicultores, que tem resultado no esvaziamento e

desaparecimento de diversas vilas. O acesso a serviços públicos como transporte, educação e saúde tornam-se mais difíceis ou são inviabilizados. A convivência comunitária deixou de existir em muitas localidades e as perdas sociais e culturais são irreversíveis.

O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), com o apoio de diversas organizações¹², realizou uma grande campanha – “Terra é fonte de subsistência da família: não abra mão de sua terra” – para impedir a continuidade do processo de venda de terras. Entretanto, a transferência já havia sido iniciada e a campanha não conseguiu evitar a formação de grandes campos mecanizados de soja nas margens das rodovias, substituindo vilarejos de migrantes nordestinos.

A ocupação tem se dado, principalmente, através da compra de terras de produtores familiares, geralmente migrantes nordestinos. Um processo aparentemente legal, mas que contém elementos de violência e crueldade. Vítimas da poluição do ar, contaminação da água, ataque de pragas e animais, mudanças no microclima, medo de agressões, redução de animais silvestres, perda ou mudança de vizinhança, redução de serviços e equipamentos públicos, estes produtores não resistem à venda de suas terras. No final de 2003, o STTR contabilizou a saída de cerca de 500 famílias do campo e, atualmente, calcula-se que esse número tenha triplicado.

As entidades locais põem em dúvida o desenvolvimento da região com a chegada da soja, em face dos inúmeros impactos negativos identificados: perda da identidade cultural dos municípios, degradação urbana (aumento das mortes, gangues e violência no trânsito), carência de hospital que abranja toda a cidade; educação de má qualidade. Com a substituição das áreas de cultivo de produtos importantes na dieta alimentar, como feijão, milho e algumas frutas, a expansão da soja nesses municípios aumenta o risco de insegurança alimentar da população.

CAMPOS LINDOS

A área que corresponde hoje ao município de Campos Lindos, maior produtor de soja do estado do Tocantins, pertencia aos índios Xavantes, que já haviam sido expulsos das áreas vizinhas por habitantes do Maranhão. No final dos anos 1990, o governo do estado desapropriou 105 mil hectares de terras na Serra do Centro. Os beneficiários foram empresários do Sul e Sudeste do país, que receberam-nas de ‘presente’ do poder público estadual. Tudo isso ocorre em desrespeito à Constituição Federal de 1988, que concedeu aos camponeses o direito à terra em que vivem e trabalham há mais de cinco anos. No caso de Campos Lindos, muitas famílias estavam na terra havia mais de cinco décadas.

12 Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Organização das Associações da Reserva Arapiuns Tapajóara, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (Acosper), Projeto Saúde e Alegria.

Empresas multinacionais como Cargill, Bunge, Multigreen e Agrengo estão instaladas no município, fornecendo aos produtores crédito fácil e mercado garantido. A Cargill e a Bunge chegaram à Serra do Centro em 2003, e são responsáveis pela compra da maior parte da produção de soja local, inclusive a proveniente de fazendas envolvidas com grilagem de terras, desmatamento ilegal em áreas protegidas e trabalho escravo, como a Pau Brasil e Santos Dumont.

O Prefeito do Município, Jessé Pires Caetano, confirmou que a soja “não muita gente” e não traz benefícios para a cidade no curto prazo, apesar de movimentar o comércio. “A cidade está crescendo desordenadamente” e o transporte da carga pesada traz problemas para a estrada do município. Além disso, segundo o prefeito, “a soja não paga ICMS e o governo, que deveria repassar recursos para o município, não o faz”. Para o prefeito, porém, os cultivos da cana-de-açúcar e do eucalipto devem ser os destaques do Cerrado no futuro, e não a soja – o que pode significar a manutenção deste quadro geral, visto que essas duas culturas também vêm crescendo no país a partir de latifúndios, em sistemas de monocultura, com impactos sociais, ambientais e culturais.

Apesar do crescimento do latifúndio, a agricultura camponesa continua a exercer papel fundamental na economia da região por garantir a sobrevivência da maior parte da população rural. A roça e a criação de algumas aves e bovinos são as principais fontes de renda das famílias residentes. Mesmo nos casos em que as famílias possuem outras formas de sustento, como as diárias nas fazendas, por exemplo, o cultivo em roças é responsável pela obtenção de parte considerável dos itens da dieta local. Atualmente, em muitos casos, já não é possível manter esse sistema. A criação de gado à solta ou no refrigério, de forma coletiva, é um exemplo de como um traço importante e significativo da produção camponesa vai se perdendo no tempo.

Na década de 1990 têm início os conflitos pela posse da terra e os agricultores familiares tomam ciência de que estão excluídos do grande projeto da soja. Os poderes Executivo e Judiciário posicionam-se em geral a favor dos sojeiros e contra os camponeses. Em audiência, a juíza de Goiatins, Milene de Carvalho Henrique, disse aos agricultores de pequeno porte: “Mais cedo ou mais tarde vocês vão sair das terras”¹³.

O avanço da soja é acompanhado de conflitos e violência. Ameaças, casas queimadas, roças destruídas são parte desse contexto. Muitos agricultores familiares perderam os meios de produção e a possibilidade de acesso à terra; foram privados dos meios essenciais de sobrevivência e hoje se amontoam na periferia da cidade, sem qualquer alternativa de trabalho que não o temporário, afazeres domésticos e braçais. Os que continuam no campo perdem qualidade de vida. Em 2002, um jovem morreu com sintomas de contaminação por agrotóxicos e muitas outras pessoas apresentaram sintomas semelhantes. Uma senhora denunciou que seus dois netos, ainda crianças, morreram por

13 Entrevista com camponeses, na Comunidade São Francisco, março de 2006.

causa dos agrotóxicos. Atualmente, a maioria dos pequenos produtores, posseiros e proprietários, está ilhada, desestimulada e impotente para a conter a devastação da área que sempre proveu sua subsistência. Outros ainda acreditam que a resistência é possível e necessária.

A expansão da soja em Campos Lindos tem ameaçado também a sobrevivência do povo indígena Krahô, devido ao desmatamento e à abertura de estradas na área de fronteira com sua reserva. Os resíduos de produtos químicos nos rios vêm prejudicando a oferta de alimentos da população indígena, que vive da pesca e da caça. A permanência dos camponeses no entorno da reserva é de extrema importância para sua sobrevivência. São eles que formam um corredor de proteção natural do povo Krahô e promovem o aproveitamento, manejo e extrativismo responsável dos recursos naturais do Cerrado.

TRABALHO ESCRAVO

Os que ficaram sem terra e sem renda em Campos Lindos passaram a ser presa fácil de 'gatos' (recrutadores de mão-de-obra barata ou escrava para as grandes fazendas da região). Na véspera do Natal de 2004, 29 deles, incluindo dois menores, foram libertados de uma fazenda em Darcinópolis, onde catavam raízes, preparando nova lavoura de soja. Esses trabalhadores costumam também aplicar pesticidas – sem equipamento de proteção – e colher grãos. É difícil encontrar um posseiro que não tenha "vendido" sua força de trabalho para o grande proprietário rural.

João Batista, 25 anos, morador da comunidade Vereda Bonita, conta que, desde os 15 anos, trabalha em fazendas, "na empreita", como chama. Ele recebe R\$ 30 por hectare trabalhado ou ganha diária de R\$ 15. João diz que a maioria dos trabalhadores é jovem e vem de outros estados, como Piauí, Maranhão, São Paulo.

3

ATORES E AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A expansão da soja vem sendo objeto da atenção de diversos segmentos da sociedade civil, no Brasil e em diversos países do mundo. Através de ações que visam controlar esta expansão, busca-se na verdade enfrentar o histórico modelo agroexportador vigente no Brasil e suas danosas consequências econômicas, sociais e ambientais.

Os movimentos sociais do campo, ainda que não desenvolvam campanhas ou ações específicas sobre a produção de soja, realizam uma luta permanente contra o latifúndio e pela reforma agrária, pela defesa dos direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A Via Campesina questiona a desproporção entre a destinação de recursos para os grandes e pequenos produtores. De acordo com Romário Rosseto, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), “a maior parte do volume de financiamento vai para os agronegócio”. Na safra 2004/2005, os grandes fazendeiros obtiveram 5,6 vezes (R\$ 39,5 bi) o montante recebido pelas pequenas propriedades (R\$ 7 bi) sendo que, segundo dados do IBGE, a pequena propriedade corresponde a 56,8% da atividade agrícola brasileira, e a grande e a média representam, respectivamente, 13,6% e 29,6%. Em 2004, R\$ 4,6 bilhões foram destinados a financiamentos a 27 grandes grupos econômicos. Destes, cinco são empresas transnacionais: a Cargill, ADM, Bunge, Souza Cruz e Fertilizantes Hering.

Para os movimentos sociais, o governo deve ser rigoroso na cobrança das dívidas dos grandes produtores e não deve permitir qualquer forma de rolagem dos compromissos e reposição de perdas com suas safras. A Via Campesina defende a troca das dívidas vencidas dos grandes produtores por terra para a Reforma Agrária, a inserção de todos os grandes devedores inadimplentes na dívida ativa da União, a não renegociação e a cobrança na Justiça de todas as dívidas vencidas do agronegócio, e o direcionamento dos instrumentos de política agrícola para a Reforma Agrária e para os pequenos e médios agricultores. “E que o governo Lula não faça a opção pelos 20 mil grandes devedores, mas pelos mais de 6 milhões de pequenos e médios agricultores que realmente carregam nas costas a produção agropecuária brasileira e produzem R\$ 18,5 bilhões por ano”.¹⁴

14 Agência Carta Maior. Movimentos sociais reagem ao “tratoço” do agronegócio. Junho de 2005.

Destacamos, a seguir, algumas campanhas e ações específicas que vêm sendo desenvolvidas no Brasil e no mundo a respeito da produção, da comercialização e do consumo de soja.

3.1. O DEBATE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A COMPRA DE SOJA

ARTICULAÇÃO SOJA BRASIL

A Articulação Soja Brasil promoveu, no início de 2004, um fórum virtual para debater critérios para produção e comercialização de soja com responsabilidade social, em parceria com instituições holandesas, que negociariam mecanismos similares com os grandes importadores europeus. Dentre estes critérios, destacamos:

- não deve ser adquirida soja de áreas recém-desmatadas, com prazos a serem determinados, especialmente rigorosos no que toca ao bioma Amazônia;
- serão adotados critérios menos rigorosos para as propriedades familiares;
- deve ser comprovada a situação regular da propriedade (sendo vedada a compra de produção originária de terras griladas ou públicas), bem como a averbação e manutenção da reserva legal e respeito às áreas de proteção permanente;
- devem ser evitados fornecedores e produtores que desalojaram populações tradicionais que ocupavam terras recebidas de seus ancestrais, mesmo que estas não disponham de título de propriedade;
- só devem ser adquiridas soja convencional ou soja orgânica.

Para o médio prazo, propõem medidas tais como: adoção das chamadas “boas práticas agrícolas”, conforme definições de órgãos como a FAO, EMBRAPA, etc.; limitar o plantio a talhões de até 200 hectares; nenhum empregado recebendo menos de quatro salários mínimos mensais.

A Articulação Soja Brasil reúne diversas instituições, dentre as quais destacamos: CEBRAC, FETRAF-Sul, Fórum Carajás, ECOA, GTA, Greenpeace, ISA, ISPN e ISA.

No período em que participou das reuniões da Articulação Soja, a FASE – assim como a CPT e algumas outras instituições –, procurou incluir na agenda a preocupação maior com as causas dos problemas enfrentados, na raiz das quais encontra-se o modelo agroexportador.

Por diversas vezes, a FASE, por estar preocupada com a unidade de ONGs e movimentos sociais em torno de uma estratégia de ação que priorizasse a defesa dos interesses das populações diretamente atingidas pelos problemas, propôs que o debate se iniciasse pelos princípios que norteariam a estratégia de atuação da Articulação Soja. Por estas razões, a FASE apresentou um primeiro documento propondo um esboço desses princípios que deveria ser discutido num grupo de trabalho criado especificamente para esse fim. No entanto, a FASE não obteve resposta a esse documento, e a Articulação Soja retomou o caminho

de discutir exclusivamente critérios de responsabilidade social para produção e compra do produto e, a partir daí, iniciar a negociação com as empresas.

Considerando que diversos estudos apontam que a quase totalidade da soja produzida no Brasil e nos demais países do Cone Sul não respeita critérios mínimos de responsabilidade social, a FASE não concorda que os critérios de responsabilidade social isentem os produtores e compradores de responsabilidade pelos impactos do monocultivo da soja. Afinal, é sabido que a soja vem causando desemprego em massa; que o agronegócio reproduz o velho latifúndio e não aceita limitações que permitiriam uma verdadeira Reforma Agrária e a permanência da agricultura familiar; que o modelo integrado escraviza a agricultura familiar no Sul; e que trata-se de um modelo produtivo concentrador de renda, dentre muitos outros problemas. Não se vislumbra, portanto, como desenvolver critérios de compra responsável no interior de um modelo irresponsável.

A MESA REDONDA SOBRE SOJA RESPONSÁVEL – RTRS

Como descreve Odilon Faccio¹⁵, “A RTRS reúne produtores, indústria, exportadores, ONGs, varejistas e consumidores de diversos países. Seu principal objetivo é promover mudanças no sistema de produção, processamento e comercialização na cadeia de valor da soja. Pode ser entendido também como uma resposta da cadeia de valor às enormes pressões dos mercados, dos consumidores, das exigências dos governos e da atuação de ONGs que, cada vez mais, exigem uma produção sustentável”.

Segundo Faccio, há resistência em discutir a questão dos transgênicos, e um déficit de países participantes e da representação da agricultura familiar, dos consumidores ou dos trabalhadores da indústria. A participação dos países, agentes econômicos e atores sociais ainda é expressivamente desigual. Em relação ao agronegócio, às empresas, os grandes produtores, bancos e os traders, há participação ativa. Quanto à agricultura familiar, sindicatos industriais e consumidores, a ausência é significativa, por razões diversas: provavelmente, discordâncias sobre transgênicos ou sobre a monocultura.

Compõem atualmente seu Comitê Organizador (já se retiraram a Fetraf-Sul e Cordaid): Coop Switzerland (Suíça), Grupo André Maggi, IPAM, ABIOVE (Brasil), Unilever, Solidaridad, Banco ABN-AMRO (Holanda), WWF Internacional, Guyra Paraguay e AAPRESID (Argentina).

OS CONTRA-ENCONTROS

Os movimentos sociais do campo, como Via Campesina, MST e GRR-Argentina, indígenas, urbanos e ONGs da região – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – posicionam-se contrariamente à RTRS. Em março de 2005, em

¹⁵ Odilon Luís Faccio. Soja Responsável: riscos, oportunidades e contradições. Primeiro Plano: comunicação para um mundo sustentável. Setembro de 2006.

paralelo ao encontro oficial, promoveram o Contra-Encontro de Foz do Iguaçu. Foi afirmada a necessidade de mobilizações nacionais e internacionais contra o modelo de desenvolvimento e a transgenia: “Onde há monocultura não pode existir sustentabilidade. Onde há agronegócio não podem existir camponeses”, este o lema da campanha.

As principais metas propostas pelo contra-encontro foram:

- denunciar a relação entre agronegócio e hidronegócio, defendendo a água como direito de todos os seres vivos, bem comum;
- denunciar o agronegócio como responsável pela mercantilização da vida e da terra;
- denunciar os governos pela exclusão da Reforma Agrária das políticas de Estado;
- incentivar e difundir experiências agroecológicas, como visão alternativa da vida e do mundo, criando novas relações entre a natureza e os seres humanos.

3.2. A ATUAÇÃO DA FASE

A FASE atua, em conjunto com ONGs e movimentos sociais, pela transformação do modelo de desenvolvimento e, em particular, do modelo agroexportador. Tem realizado estudos demonstrando a insustentabilidade do modelo atual, bem como a violação de toda sorte de direitos humanos, decorrente da sua expansão e, em particular, da soja.

A FASE na Amazônia vem desenvolvendo ações para combater a expansão da soja, atuando diretamente com as populações atingidas e mobilizando diversos movimentos sociais da região. Em sintonia com a população e estes movimentos sociais, a FASE posiciona-se contra o plantio de soja na Amazônia, já que este é incompatível com a preservação da floresta e dos padrões de vida das populações locais. Em 2005 e 2006, realizou seminários e outras atividades em parceria com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém. Produziu, além do estudo de caso sobre Santarém e Belterra, o vídeo “O Grão que cresceu demais”. Também dentro da campanha “Na Floresta tem direitos” elaborou o Mapa de conflitos socioambientais da Amazônia, que serve de base para detectar os conflitos devidos à monocultura da soja e ajuda na definição de estratégias.

A FASE Mato Grosso está participando do Projeto “ALSO” – Alternativas à Soja, coordenado pelo ISPN, que prevê investimento em atividades econômicas de uso do Cerrado em pé, para evitar o desmatamento e introdução da soja na região sudoeste de Mato Grosso. O projeto é desenvolvido em oito comunidades, dentre as quais quatro tradicionais e as outras de migrantes. Em 2006 foi feito processo de sensibilização, identificadas potencialidades e desenvolvidos alguns produtos que receberão investimentos em mini-agroindústrias em 2007.

A FASE MT também participa de duas campanhas estaduais via FORMAD: Ikatu Xingú, na Bacia do Xingú, coordenada pelo ISA e que atinge também parte da bacia do Araguaia, onde o trabalho prioriza a formação de agentes socioambientais e a recuperação de mata ciliar; e Campanha pela valorização das APPs, que debate os problemas do desmatamento especialmente nas áreas protegidas, produziu material informativo e desenvolveu atividades de debate com jornalistas e professores em Cuiabá, com produtores de soja nos municípios de Sorriso e Tapurah e com os estudantes no município de Lucas do Rio Verde.

No início de 2006, o Projeto DESC (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) da FASE visitou o Município de Lucas do Rio Verde, no Estado Mato Grosso, a convite do Formad (Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento), para, juntamente com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, estruturar uma estratégia de exigibilidade dos direitos violados por fazendeiros de soja ao pulverizarem agrotóxicos sobre áreas de pequenos produtores rurais e parte da zona urbana do município. As ações incluem a realização de reuniões amplas de trabalhadores rurais com autoridades municipais da área de saúde, meio ambiente e agricultura; sensibilização da população e visibilidade das violações através da divulgação em rádio local e na Internet; e monitoramento das investigações das autoridades públicas. A FASE Mato Grosso realizou coleta de cultivos e materiais das áreas dos produtores familiares afetados pela deriva de agrotóxicos, a fim de proceder à análise laboratorial que identificasse os resíduos de agrotóxicos. A ação foi realizada em paralelo à coleta dos órgãos públicos, pois a FASE identificou inúmeras falhas no procedimento dos técnicos do governo que comprometeriam a idoneidade de sua análise técnica.

O objetivo da atuação da FASE é o de contribuir para a implantação de um novo modelo agrícola no Brasil, baseado na ampla defesa dos direitos humanos, na democratização do acesso à terra e demais recursos naturais, na diversificação produtiva, no fortalecimento econômico e político da produção familiar, na geração de renda para o trabalhador do campo e na melhoria da qualidade de vida, na agroecologia, na preservação do meio ambiente, na segurança e soberania alimentar.

Para a FASE, são necessárias mudanças nos padrões de produção e consumo de carnes: o custo social e ambiental da conversão de proteína vegetal em animal é insustentável, à medida que não é possível estender os níveis de consumo dos mais favorecidos ao conjunto da humanidade.

Pelo lado da produção, a desintensificação gradual dos regimes de criação seria o caminho para a redução do consumo de soja, bem como para o aumento da participação da agricultura familiar na produção e comercialização de carnes. Sabemos que os animais podem e devem ser criados soltos, com uma alimentação que inclui a utilização de restos de alimentos humanos, hoje desperdiçados.

A FASE entende que, além da histórica concentração da terra e dos demais meios de produção no campo, é preciso enfrentar também a face “moderna” do agronegócio: as transnacionais que concentram de maneira crescente o

controle sobre a produção agropecuária, desde a produção de sementes até a comercialização do produto final.

Não se trata de ter a ilusão de que estas transformações se darão a curto prazo. Por isso, propõe-se incluir, juntamente com essas estratégias, ações que possam representar instrumentos de transição, como a pressão pela regulação e controle das ações destes grandes atores que controlam o agronegócio do Brasil; a cobrança da aplicação e aperfeiçoamento da legislação; a utilização dos recursos públicos em direção a um novo modelo para a agropecuária; e não mais apoio à expansão do agronegócio, e sim profundas mudanças das políticas governamentais para o campo, das federais às municipais.

Em relação à soja, defendem-se posições amadurecidas ao longo do debate: não à soja na Amazônia, não ao desmatamento do Cerrado, proteção à agricultura familiar da soja no Sul do país, apoio às populações já atingidas, responsabilização pela preservação e recuperação do território e da biodiversidade.

3.3. CAMPANHAS

COMENDO A AMAZÔNIA: A CAMPANHA DO GREENPEACE

No primeiro semestre de 2006, baseado em longo e minucioso trabalho de pesquisa, o Greenpeace conseguiu estabelecer e demonstrar a conexão existente entre a soja produzida no bioma amazônico e o consumo de hamburguers de frango na Europa. Para isto, rastreou o caminho desde a soja plantada ilegalmente em áreas devastadas até a Cargill e outras empresas, dos portos, processadores e produtores de carne na Europa, até alcançar os Chicken McNuggets vendidos pela cadeia McDonald's na Europa.

Em se tratando de Floresta Amazônica e McDonald's, encurta-se caminho para divulgar junto à opinião pública os efeitos danosos destes padrões de produção e consumo de carnes. E para obter apoio da sociedade civil no sentido de pressionar estas grandes empresas a adotarem compromissos de maior respeito à sociedade e ao meio ambiente.

Consideramos que o trabalho realizado pelo Greenpeace possui muitas virtudes: defender a floresta Amazônica, denunciar o drama da soja no Brasil e no mundo, atingir a mídia, fazer com que as empresas sediadas no Brasil admitam, pela primeira vez, alguma responsabilidade sobre a questão. Entendemos, no entanto, que, se esta é uma campanha do Greenpeace bem-sucedida, isto não significa que o conjunto das organizações brasileiras deva seguir a mesma direção, pelas razões já expostas

FRANÇA: A SOJA CONTRA A VIDA

Em fevereiro de 2006, foi lançada na França a campanha *A soja contra a vida*, promovida pelo CCFD, Réseau Cohérence, Confédération Paysanne, Gret, Réseau Agriculture Durable, CMR e MRJC.

A campanha é parte da iniciativa no sentido de promover a soberania alimentar, buscando informar e sensibilizar a opinião pública francesa sobre os impactos sociais e ambientais da expansão da soja na América do Sul, com ênfase sobre as violações dos direitos humanos. Interpela o governo, atores econômicos e financeiros que apóiam um modelo agroindustrial baseado na concentração e especialização, que sobrepõe os interesses exportadores às políticas de segurança alimentar local.

A campanha posiciona-se contra a produção de transgênicos e propõe, a mais longo prazo, o objetivo de promover a produção local de alimentos destinados à criação animal, através da pesquisa e desenvolvimento de alternativas à soja. Em trabalho conjunto com movimentos sociais da América do Sul, propõe o fortalecimento da agricultura familiar diversificada e voltada para o consumo local, tanto no plano das políticas domésticas quanto no das negociações comerciais internacionais.

Defende, com vistas a alcançar estes objetivos de longo prazo, o abandono do modelo da monocultura, a promoção do direito à proteção e estímulo da produção, dos direitos sociais, ao meio ambiente, à regulação dos investimentos externos, a restrição aos direitos sobre a propriedade intelectual para os transgênicos e a redução das pressões para o pagamento da dívida externa.

“NO TE COMAS EL MUNDO” E O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

Com o objetivo de provocar o debate sobre o consumo e conseqüências da produção agropecuária e soberania alimentar, uma campanha promovida por organizações da Espanha é a “Não Coma o Mundo”¹⁶. Trabalhando com casos como o da produção de açúcar no Caribe e na África, salmão no Chile, flores no Equador e Colômbia, e soja no Brasil e na Argentina, as organizações integrantes da campanha pretendem divulgar o fato de que quem se prejudica com a adoção de modelos agropecuários voltados para a exportação são as populações locais e os países em desenvolvimento.¹⁷

O bem-estar dos animais destinados ao consumo humano é hoje foco de atenção em diversos países. O confinamento em pequenas áreas e outras características da produção intensiva já são objeto de legislação que visa banir estas práticas na União Européia. Em conseqüência, há uma pressão para que as mesmas exigências sejam adotadas por todos os fornecedores de produtos de origem animal àquele mercado. Gradativamente será exigido, também, que estes fornecedores passem a obedecer às normas de preservação do meio ambiente vigentes na União Européia. Por impactarem diretamente o atual modelo agroindustrial de criação intensiva de animais, estas novas exigências podem significar uma oportunidade para a ampliação dos mercados da agricultura familiar e dos pequenos empreendimentos, desde que estes recebam o necessário apoio do Estado.

¹⁶ Ver detalhes em www.notecomasmundo.org.

¹⁷ Patrícia Bonilha. Movimentos sociais espanhóis questionam quem deve a quem. Carta maior, 04/09/06.

4

TENDÊNCIAS PELA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Mesmo que as violações de direitos humanos podem ser abordadas caso a caso, são os efeitos a longo prazo do “modelo de desenvolvimento” que se consolida, os que entranham uma violação importante dos direitos sociais, econômicos, ambientais e culturais das populações do campo. Destroem-se recursos naturais ou se exploram exclusivamente pelo interesse privado, numerosas comunidades e populações são desarraigadas, expulsadas ou reassentadas sem reparar seus direitos e necessidades essenciais, e tudo isto acompanhado a maioria das vezes da violência organizada para intimidá-los, e fazê-los respeitar decisões adotadas por interesses alheios sem seu consentimento ou contra sua vontade. Os mesmos resultados se conseguem também através do suborno, a corrupção e a apropriação indevida.

Os direitos das comunidades a uma vida saudável e soberana, com garantias de plena vigência dos direitos humanos fundamentais e do pleno exercício de soberania sobre os territórios, sobre os alimentos, sobre a própria cultura e sobre a economia, estão consagrados em diferentes instrumentos, tanto nacionais como internacionais, mas a distancia entre realidade e normatividade é imensa, sobretudo quando são entes privados os causadores deste desrespeito. A obrigação do Estado é pelo tanto, proteger às comunidades mais desprotegidas; a proteção eficaz dos direitos humanos exige que todos os envolvidos participem como cidadãos livres e iguais na adoção das decisões que afetam a sua sobrevivência futura, significa também que é preciso ouvir sua voz e satisfazer suas demandas e reclamações quando se adotam a nível nacional e internacional as principais decisões sobre as prioridades de desenvolvimento e a assinação de recursos.

Dos estudos apresentados podemos concluir que a produção de soja ocasiona problemas ambientais como desmatamento, degradação do solo, poluição, severa concentração de terras e renda, expulsão da população rural. A expansão da soja deturpa também fundos públicos que poderiam ter sido destinados à educação, à saúde, a incentivos para a agricultura familiar.

A confusão fundiária e a falta de documentos que comprovem a posse ou propriedade das terras ocupadas pelos agricultores familiares deixam esses grupos fragilizados frente a especuladores, grileiros e fazendeiros, eles estão

sendo atacados por forças privadas que tentam despejá-los fazendo uso de títulos de terras falsificados ou obtidos mediante juízos corruptos. No entanto, é responsabilidade do poder público fornecer os documentos básicos à população. Os documentos que comprovam direitos sobre a terra conferem segurança a seus titulares, por exemplo, quando demandados em ações possessórias ou de despejos forçados. Também é dever do Estado promover a ordenação fundiária, punindo as práticas ilícitas de aquisição de terras, e reconhecendo o usucapião dos que trabalham e residem em área de terra de até 50 hectares, assim como sua prioridade na obtenção de direitos sobre terras devolutas, bem como sobre terras improdutivas e aquelas em que forem encontrados trabalho escravo e degradação ambiental, conforme os diversos mandamentos constitucionais.

É preciso maior sensibilidade do Judiciário para lidar com conflitos coletivos, especialmente na concessão de liminares de reintegração de posse contra grupos que não possuem alternativas de trabalho e moradia.

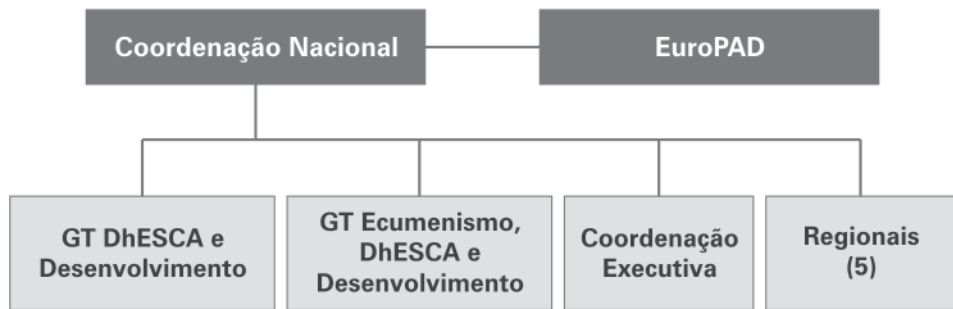
Assegurar a viabilidade de atividades como o agroextrativismo, a pesca artesanal e a produção do agricultor familiar requer a proteção e garantia dos direitos econômicos e sociais das comunidades rurais e das populações tradicionais ao trabalho, à renda e ao desenvolvimento, com respeito a seus direitos culturais. Já em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem reconhecia que:

Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, à habitação, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou em outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade. (art. 25.1)

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, W; LASCHEFSKI, K; ORTIZ, L; RODRIGUES, D; SCHLESINGER, S. *Agronegócio + agroenergia: impactos cumulativos e tendências territoriais da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia*. GT Energia do FBOMS, 2006.
- BELIK, W. e PAULILLO, L. *Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira*. <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/Belik.PDF>.
- BRUM, A. *Economia da soja: história e futuro. Uma visão desde o Rio Grande do Sul*. www.agromil.com.br, 2005.
- CASTRO *et al.* *Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia*. Banco Mundial, 2002.
- CONAB. *Indicadores da agropecuária*. Brasília, jul. 2006. Ano XV, Oitavo Levantamento.
- FEARNSIDE, P. *O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia Brasileira*. Belém. Museu Emílio Goeldi, 2001.
- GRUPO DE TRABALHO SOBRE FLORESTAS do FÓRUM BRASILEIRO de ONGs e MOVIMENTOS SOCIAIS para o MEIO AMBIENTE e o DESENVOLVIMENTO. *Relação entre cultivo de soja e desmatamento: compreendendo a dinâmica*. FBOMS, 2004.
- KOHLHEPP, G. *Desafios do desenvolvimento regional entre sustentabilidade e mega-programas econômicos: o caso da Amazônia brasileira*. Revista de Estudos Avançados. São Paulo. USP, 1989.
- MB Associados. *O sucesso da agroindústria: o que se pode aprender?* São Paulo. FIESP, junho de 2004.
- MINTZ, S. *Comida e antropologia: uma breve revisão*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Out. 2001, vol.16, nº 47.
- NORONHA, S. e SCHLESINGER, S. *O Brasil Está Nu! Os caminhos e descaminhos da soja, o grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro. FASE, 2006.
- PORCILE, G. *et. al.* *Arranjos produtivos do complexo soja paranaense*. Universidade Federal do Paraná, 2000.
- SCHLESINGER, S. *O grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro. FASE, 2006.
- SENRA, K. *Kaiabis*, 1999. <http://pegue.com/indio/kaiabi.htm>.

ORGANOGRAMA DO PAD



COMPOSIÇÃO

Coordenação Nacional

Coordenação Executiva

Representantes Regionais:

- Fase Amazonia / Norte
- Diaconia / Nordeste
- INESC / Centro-Oeste
- Koinonia / Sudeste
- DESER / Sul

Coordenação Executiva

- ABONG / ONGs
- CESE / Organizações Ecumênicas
- MST / Movimentos Sociais
- Coordenadora Executiva
- Secretaria Executiva

Coordenação EuroPAD

- EED
- PPM

EuroPAD

- Brot Fuer Die Welt / PPM
- Christian Aid
- EED
- HEKS
- ICCO & KERK IN ACTIE
- Norwegian Church Aid / AID
- SOLIDARIDAD

APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID

Solidaridad